

# Sem acordo, ordem econômica pode opor grupo de Covas ao Centrão

Da Sucursal de Brasília

Nesta quinta ou sexta-feira está previsto o início da votação pelo plenário do Congresso constituinte do Título VII da nova Carta, que trata "Da Ordem Econômica e Financeira". Se não houver um acordo que contorne uma série de divergências, aguarda-se mais um embate entre a liderança do PMDB (leia-se o grupo do senador Mário Covas) e o Centrão. Para checar a força dos conservadores a liderança do PMDB poderá votar contra o substitutivo do Centrão.

"O PMDB não sabe se vota no título do Centrão", disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), o braço-direito de Covas para as negociações. Esta tendência é reforçada pelo deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que tenta costurar um acordo entre os dois grupos: "se chegarmos à votação em contencioso, será difícil votar o título do Centrão."

Sem o apoio da liderança do PMDB, os coordenadores do Centrão terão de trazer a Brasília seus membros numa semana que começa com um feriado e na véspera de um fim-de-semana. A apreensão é tão explícita que um "pacto de solidariedade" foi firmado no Centrão para garantir presença em plenário. Temendo o fracasso, os coordenadores da União Brasileira dos Empresários (UB) já estão acionando jatinhos para buscar os ausentes.

## Divergências

Apenas o capítulo "Do Sistema Financeiro Nacional" não provoca divergências. Os outros três capítulos — "Dos Princípios Gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica", "Da Política Urbana" e "Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária" — têm soluções absolutamente diferentes por parte da Comissão de Sistematização e do Centrão.

O nível de confronto pode ser aferido pelas 45 emendas apresentadas, além dos dois projetos, ao capítulo da Reforma Agrária. Meta-de representa os interesses da esquerda e metade dos moderados e conservadores. A pressão da União Democrática Ruralista (UDR) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) reforça ainda mais a briga em plenário.

Para evitar discussões intermináveis e até mesmo "buracos negros", tanto o Centrão quanto a liderança do PMDB acionaram negociadores. "Nosso texto já concedeu demais. Chegamos ao nosso limite", disse o deputado Luiz Eduardo Magalhães

## 1. Empresa Nacional

**Comissão de Sistematização:** Além de constituída e com sede no país, o controle decisório e de capital votante deve estar, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país ou de entidades de direito público interno.

**Centrão:** Todas as empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país. Ficam iguais para efeito de benefícios e isenções fiscais as empresas genuinamente nacionais e as empresas brasileiras de capital estrangeiro.

**Emendas que podem surpreender ou polemizar:** O deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA) remete a definição de empresas brasileira de capital nacional para a legislação complementar.

## 2. Capital estrangeiro

**Comissão de Sistematização:** Os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos exclusivamente no interesse nacional e disciplinados na forma da lei. A remessa de lucros para o exterior será regulada em lei ordinária, sendo favorecido o reinvestimento no país.

**Centrão:** Os investimentos poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais. As mesmas regras da Sistematização valem para a remessa de lucros.

## 3. Intervenção do Estado

**Comissão de Sistematização:** A intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, a serem definidos em lei.

**Centrão:** Apenas após "comprovação" será permitida a intervenção e o monopólio do Estado.

## 4. Propriedade e exploração do subsolo

**Comissão de Sistematização:** A União é proprietária das jazidas, minerais e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Mediante autorização ou concessão da União, brasileiros ou empresas nacionais poderão explorar os recursos.

**Centrão:** Os recursos são excluídos dos bens da União. Pelo Centrão, apenas os recursos minerais em faixas de fronteira e em terras indígenas serão privativos para a exploração de brasileiros e empresas nacionais. As outras terras ficam abertas à exploração de empresas estrangeiras e nacionais.

## 5. Distribuição dos derivados do petróleo

**Comissão de Sistematização:** É monopólio da União, facultada a delegação a empresas privadas constituídas e sediadas no país, com maioria de capital nacional, por prazo determinado, no interesse nacional.

**Centrão:** Exclui este monopólio. **Emendas que podem surpreender ou polemizar:** O deputado Fernando Santana (PCB-BA), autor da emenda aprovada pela Sistematização, propõe uma solução nova para o tema: exclui a fixação de um prazo determinado para a exploração por empresas privadas.

## PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A ORDEM ECONÔMICA

### 6. Reforma Urbana

**Comissão de Sistematização:** O texto detalha duas possibilidades para a desapropriação do imóvel urbano. Além de pagar em dinheiro, cria-se a possibilidade da indenização em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos, para casos de solo urbano não edificado, não utilizado ou subutilizado.

**Centrão:** As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. Foi excluída a indenização com títulos da dívida pública.

### 7. Reforma Agrária

**Comissão de Sistematização:** O direito a propriedade da terra fica condicionado a uma função social. Quatro exigências, a serem cumpridas "simultaneamente", determinam se a propriedade cumpre ou não a função.

**Centrão:** Apenas o "uso" da propriedade da terra condiciona sua função social. Assim, propriedade sem utilização não é passível de desapropriação. Além desta restrição, o projeto elimina a necessidade da "simultaneidade" de exigências para o cumprimento da função social. Inclui ainda que a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação.

(PFL-BA), um dos líderes do Centrão, que integra uma espécie de colegiado de negociadores. Os pesos pesados do grupo costuram, em primeiro lugar, o entendimento interno para, depois, partir para a conversa externa.

Os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ), Ricardo Fiuzza (PFL-PE), Afif Domingos (PL-SP), José Egreja (PTB-SP), José Lins (PFL-CE) e Allyson Paulinelli (PFL-MG), divididos em subgrupos, representam os interesses do Centrão. Numa tática oposta, o senador Severo Gomes (SP) é o representante das teses do PMDB. Um pequeno grupo, formado pelos deputados Fernando Gasparian (SP), Ronaldo Cezar Coelho (RJ) e Artur da Távola disse que o Centrão pode "ceder", porque "endureceu" no texto para ter flexibilidade na negociação. Mesmo trabalhando pelo "acordão", os dois grupos centram suas atenções na estratégia de votação. A principal arma é o "destaque para votação

em separado" (DVS), usado para exigir a confirmação de um ponto já aprovado. Assim, para manter sua definição para empresa nacional, o Centrão terá de ter, por duas vezes, o apoio de 280 constituintes.

"Não podemos fechar nada. Temos de abrir tudo. Não pode ter é xenofobia", disse o deputado José Lins (PFL-CE), ao defender a desestatização da economia, a livre iniciativa e a "convivência com a poupança externa". São os pontos essenciais do primeiro capítulo do título, que estão provocando pesadelos em muitos empresários.

Em defesa do Centrão, o coordenador da UB, Antônio Oliveira Santos, afirmou que estas definições representam "a vida ou morte" do empresário. A conceituação da empresa nacional é o primeiro embate do capítulo. Pelo Centrão, há uma equiparação entre a empresa genuinamente nacional e a constituída e sediada no país, mas com capital estrangeiro.

"Gosto da equiparação, porque o grande motor do mercado é a concorrência. O brasileiro é capaz de concorrer. O dinheiro deles (do investidor estrangeiro) é igual ao de todo mundo", disse Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio. "Esta definição é o cavalo de batalha do PMDB", admitiu Magalhães. A confirmação vem com a queixa de Távola: o tema é básico, mas os sindicatos dos empregados não se mexem em defesa de interesses nacionalistas.

Vencido o primeiro capítulo e antes de entrar na briga da reforma agrária, o plenário votará os critérios para a reforma urbana. Um "meio-termo" é apontado como possível pelos dois lados, já que na definição do direito de propriedade, no capítulo "Dos Direitos Individuais e Coletivos", foi firmado um acordo que prevê a indenização em títulos da dívida pública para desapropriação urbana.

## Grupo tenta 'costurar unidade' para ir a plenário

Da Sucursal de Brasília

"O Centrão é uma espécie de estado de espírito." Apesar da aparente pureza na declaração do deputado José Lins (PFL-CE), uma verdadeira estratégia de guerra começa a ser montada para garantir a presença dos membros do grupo na votação "Da Ordem Econômica e Financeira". Aos prosaicos telegramas e telefonemas, o coordenador da União Brasileira dos Empresários, Antonio Oliveira Santos, manifestou, na última sexta-feira, a disposição de "mandar aviões" atrás dos constituintes.

A essa incerteza quanto ao número de parlamentares que o grupo conseguirá arremeter — que fez surgir um "pacto de solidariedade" para garantir quórum na votação dos três principais capítulos do título — soma-se a preocupação em "costurar a unidade interna": há duas semanas, em reuniões sigilosas em hotéis de Brasília, o Centrão procura conciliar os interesses específicos de seus membros para garantir uma "espécie de rolo compressor" na votação.

Um ferrenho defensor da proposta de reforma agrária do grupo não

compactua necessariamente com a definição de empresa nacional do primeiro capítulo e vice-versa. "Não acredito que todos os membros do Centrão queiram ficar comprometidos com o que está escrito para todo o título", afirmou o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

### Derivados de petróleo

Um "caso flagrante" dessas divergências de opinião é uma emenda do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR). Apesar de o Centrão ter derrubado de seu substitutivo o monopólio da União para a distri-

buição dos derivados de petróleo, pela proposta de Rosenmann a distribuição de até 20 mil litros de derivados de petróleo seria exclusiva das empresas transportadoras-revendedoras-retalhistas.

Se o Centrão conseguir apalpar estas dificuldades internas, passará ao próximo grande obstáculo: manter seus membros em Brasília por vários dias seguidos, porque uma tese aprovada no conjunto do título pode ser posta novamente em votação, precisando da confirmação de 280 constituintes para ser definitivamente incorporada à Constituição.

## Sistema Financeiro é a única unanimidade no título VII UDR se movimentada para a votação da reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

Entre tantas divergências no título "Da Ordem Econômica e Financeira", o capítulo "Do Sistema Financeiro Nacional" inova e reúne o consenso de quase todo o Congresso constituinte. Apesar de redações diferentes, a Comissão de Sistematização e o Centrão sustentam as mesmas teses e nenhuma das emendas apresentadas altera o texto.

A partir da promulgação da nova Constituição, se mantido o capítulo, não haverá mais necessidade de autorização do Estado para abertura de instituições financeiras. Atualmente, o Banco Central autoriza o acesso ao mercado depois de avaliar a experiência, a idoneidade e a capacidade financeira dos postulantes. Com as novas regras, quem quiser poderá entrar no mercado. "A mudança é boa, porque elimina o sistema cartorial", disse o deputado e banqueiro Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ).

Uma segunda inovação do capítulo é a criação de um "fundo ou seguro"

de proteção ao pequeno investidor, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor. Esta medida implica no fim da intervenção estatal em instituições financeiras falidas para socorrê-las. "Quem quebrou, quebrou. O pequeno investidor será o único protegido", afirmou Cezar Coelho.

Das mudanças pretendidas, nenhuma é apontada como viável. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) quer incluir um artigo que fixe as taxas de juros reais em até 12% ao ano. Em sua justificativa, ele diz que "a cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura".

Por uma proposta do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), as instituições financeiras só podem atuar no Estado onde se localizar a sua sede. O deputado José Carlos Coutinho (PL-RJ) defende que as instituições financeiras sejam proibidas de atuar em outras atividades além da captação de depósitos e concessão de empréstimos.

Da Sucursal de Brasília

Instalado em seu escritório em Brasília, Ronaldo Caiado, presidente da União Democrática Ruralista (UDR), detonou, na última semana, a etapa final de seu trabalho em defesa da proposta de reforma agrária do Centrão. "O texto foi redigido pelas entidades do campo. É o que nós queremos", disse à Folha.

Depois de fracassar na tentativa de aprovar suas teses na Comissão de Sistematização, a UDR escreveu o projeto alternativo para o capítulo "Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária" apresentado pelo Centrão. O texto é classificado como "um golpe jurídico num processo social" pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Em defesa do substitutivo do Centrão, os presidentes da Confederação Nacional da Agricultura (Alyson Paulinelli), da Sociedade Rural Brasileira (Flávio Telles de Menezes) e da Organização das Cooperativas do Brasil (Roberto Rodrigues)

estiveram com Caiado na última quarta-feira. Eles prometem bater na porta de todos os constituintes atrás de votos. "A classe produtora não esquece o apoio que recebe", sentenciou Caiado.

A essência da discordância entre os dois textos está no primeiro artigo do capítulo. Pela Sistematização, ao direito de propriedade da terra corresponde uma função social, que é cumprida quando atendidos "simultaneamente" quatro requisitos. Caiado e seus aliados no Centrão alteram a definição, condicionando a necessidade de uma função social apenas se a propriedade estiver em uso.

"Jamais haverá uma reforma agrária se prevalecer este conceito do Centrão", disse o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), credenciado pela liderança de seu partido para negociar o Título VII. Caiado, por seu lado, é enfático: "A propriedade não pode ficar dependente desses critérios absurdos, que podem ser ditados de acordo com o humor das autoridades do momento."

## Governo Sarney tem a "cara" de ACM e Prisco, diz senador

Da Reportagem Local

O senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, disse em São Paulo que "esse governo que está aí tem a cara de Antônio Carlos Magalhães com uma pitada de Prisco Viana". Covas definiu assim o governo do presidente José Sarney ao comentar as críticas do ministro das Comunicações à atuação da CPI da Corrupção. "Ele sempre joga no ataque para não ficar na defesa", disse.

O senador paulista irritou-se particularmente com a acusação de que a Comissão teria a intenção, antes de investigar qualquer coisa, de atingir politicamente o governo. "Em qualquer país sério, apura-se

denúncias de corrupção. Só aqui esse trabalho é rotulado de inconstitucional e, depois, dizem que a Comissão teria fins políticos", disse.

No entender do líder do PMDB, Antônio Carlos Magalhães realmente defende o mandato de seis anos para Sarney, apesar de publicamente afirmar que prefere os cinco anos. "Ele é coerente, sempre foi governo e defende a permanência no poder." O senador diz que vê "grandes possibilidades" de vitória nas Disposições Transitórias. "O Brasil está absolutamente desgovernado", afirmou. Ele chegou a enviar uma sugestão ao Palácio do Planalto: "Está na hora de governar um pouco. Não se sente a atuação do poder nem no varejo."

### A POLÍTICA NA TV

#### De Segunda a sexta

Vamos Sair da Crise. Gazeta, 23h  
Programa Ferreira Neto. Record, 23h25

#### Hoje

Roda Viva. Cultura, 21h30 - Entrevista com o presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Rogério Magri.

#### Terça-feira

Henry Maksoud e Você. Bandeirantes, 24h - Maksoud discute com o redator-chefe da revista "Conjuntura Econômica", Paulo Rabello de Castro, e com o presidente da Trevisan Associados, Antoninho Marmo Trevisan, a conjuntura política e econômica do país.

#### Domingo

Debate em Manchete. Manchete, 23h  
Crítica e Autocrítica. Bandeirantes, 22h  
Debate Nacional. Record, 23h

Editoria de Arte